



Ministério da Justiça confiante no Plano de Ação Europeu e Nacional de 2009 a 2013

Lisboa, 27 de junho de 2012 - O Ministério da Justiça está a dar particular atenção à importância dos sistemas de informação na reforma judicial. A certeza foi deixada hoje por João Miguel Barros, Chefe de Gabinete da Ministra da Justiça, na conferência da APDSI, intitulada “Um dia com a Justiça Eletrónica - As Tecnologias de Informação e Comunicação no setor da Justiça”, que decorreu no ISCSP.

“Nesta nova fase que o Ministério da Justiça enfrenta, é com grande preocupação e interesse que se está a olhar para esta área das novas tecnologias aplicadas ao sector. A senhora Ministra está muito confiante e com vontade de concretizar o Plano de Ação com uma aposta fortíssima nesta área das novas tecnologias”, destacou João Miguel Barros.

Para uma melhor adoção dos sistemas de informação nos tribunais, o Governo está a apostar numa metodologia de integração na qual os contributos de todos os intervenientes em qualquer processo judicial - profissionais, associações e instituições envolvidas na Justiça - em “parceria efetiva e igualdade” são chamados a expor as suas atuais necessidades neste contexto. No final deste processo, será preparado um caderno de encargos para o mercado responder às necessidades de todos os intervenientes na Justiça. “Independentemente do mérito do que já foi feito, este é apenas o ponto de partida, não podemos estar satisfeitos com os sistemas de informação que existem; temos que criar um único que sirva todo o sistema de Justiça. Estamos a trabalhar nisto com muita intensidade”, disse o Chefe de Gabinete da Ministra da Justiça.

Na conferência de hoje da APDSI o representante do Governo anunciou, também, que **está a ser criado o Portal da Justiça com “conteúdos provenientes de diversas fontes”**.

A conferência da Associação serviu, igualmente, para apresentar publicamente as principais conclusões do **estudo “e-Justiça II”**, resultado de cerca de um ano de trabalho e do contributo de vários elementos que compõem o grupo de trabalho da Associação para esta área da Sociedade da Informação e cuja **principal conclusão é que a Justiça já não pode passar sem as tecnologias de informação e comunicação**.

Neste momento, com o PGERRTIC (Plano Global Estratégico para a Racionalização e Redução dos Custos nas Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração

Pública), o principal desafio prende-se com a capacidade de fazer avançar o “Plano de Ação para a Justiça na Sociedade da Informação” com os constrangimentos existentes.

“Ao nível da Justiça Eletrónica, Portugal está a seguir um percurso equiparado ao de outros países da Europa. Temos um Plano de Ação com objetivos e iniciativas que estão de acordo com o que de melhor se equaciona ao nível europeu. Falta, no entanto, visibilidade sobre os planos e calendários de implementação dessas iniciativas. Já percorremos um caminho de informatização de diversos sistemas na área da Justiça. Na área dos registos os resultados são muito bons. Nos tribunais, os diversos sistemas são insuficientes, não estão integrados. Em todas as organizações da Justiça os profissionais convivem com soluções informáticas nas quais reconhecem anomalias e têm melhorias identificadas”, esclarece a professora Maria Helena Monteiro, da direção da APDSI, e coordenadora do estudo.

Outra das conclusões apresentadas aponta para a **interoperabilidade técnica e semântica** como sendo **determinantes para as próximas versões de sistemas de informação para a Justiça**.

No estudo, lê-se, ainda, que a eventual ineficácia dos sistemas de informação mostra que, em muitas situações, a origem dos problemas está ao nível das leis, dos códigos, da estrutura das organizações da Justiça e da sua governação. “O nível de compreensão geral sobre o significado, impacto e modo de desenvolvimento e de funcionamento dos sistemas de informação na Justiça é muito maior do que há ainda poucos anos. Mas continua a haver necessidade de formação dirigida e focada aos profissionais da Justiça”, conclui a coordenadora do estudo.

De salientar que **o serviço de registos e notariado foi apresentado, com testemunhos reais, como o caso de sucesso transversal na aplicação prática bem sucedida das tecnologias de informação e comunicação**.

O estudo, cujas conclusões, problemas e reflexões foram apresentadas na conferência, foi coordenado pela professora Maria Helena Monteiro, da direção da APDSI, e por Fernando Resina da Silva, coordenador do Grupo de Justiça da Associação.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas atividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da atualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Eletrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>